

A CONSTRUÇÃO DE UM ETHOS DE DIREITA EM CRÔNICAS DE ARNALDO JABOR

Jefferson dos Santos de Freitas
Mestrado/UFF
Orientador: Patrícia Neves Ribeiro

Considerações iniciais

Este artigo tem como objetivo lançar as bases iniciais da dissertação de mestrado, que se encontra em fase de elaboração. Dessa forma, trataremos aqui sobre o tema mais amplo da pesquisa em questão, os objetivos gerais do trabalho, os pressupostos teórico-metodológicos da Análise Semiolinguística do Discurso de Patrick Charaudeau, os quais estão na base da pesquisa.

O trabalho a ser desenvolvido tem como foco investigar a construção de um possível *ethos* de direita flagrado pela voz enunciativa presente em crônicas selecionadas do livro *Pornopolítica: paixões e taras na vida brasileira (2006)*, do cronista Arnaldo Jabor. Para isso, nosso olhar estará centralizado, especialmente, no recurso expressivo da linguagem que permeia todos os textos: a ironia.

Sob essa perspectiva, hipóteses mais específicas sobre a voz enunciativa de Jabor serão criadas para auxiliar na investigação do *ethos* constituído. Para isso, convocaremos, primordialmente, a Análise Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau, como eixo teórico do trabalho, com destaque para as obras *Linguagem e discurso: modos de organização (2008)*, *Discurso das Mídias (2015)* e *Discurso Político (2015)*.

Essa proposta teórica servirá de base fundamental para responder aos questionamentos que surgirão ao longo das análises das crônicas de Jabor, a partir da relação entre a imagem de si constituída e as marcas de ironia projetadas.

Dentre os aspectos teóricos focalizados no âmbito da Semiolinguística, destacam-se: a construção do ato de linguagem e o contrato comunicativo

correspondente; os possíveis papéis desempenhados pelos sujeitos que dele participam; e as estratégias utilizadas na enunciação para tentar persuadir os interlocutores. Teóricos como José Luiz Fiorin (2015), Patrick Charaudeau (2008) e Dominique Maingueneau (2013) – no que diz respeito ao estudo do *ethos* – e Beth Brait (1996) – com relação à investigação da ironia – compõem também o quadro teórico que sustenta o trabalho.

Posto isso, o trabalho a ser desenvolvido almeja tecer reflexões sobre a ironia presente nas crônicas de Arnaldo Jabor como traço de linguagem revelador de um ponto de vista e, em consequência, da identidade do sujeito que dela se serve na interação com o outro.

Crônica e sociedade: um gênero sempre em voga

Tendo como objetivo inicial fazer a investigação da construção de um *ethos*, ou seja, como a voz enunciativa cria e projeta a imagem do sujeito enunciador na encenação comunicativa, a escolha do gênero textual como objeto de análise da pesquisa é de extrema importância, pois a construção de uma imagem se dá principalmente através do uso de recursos e estratégias argumentativos que visam à tentativa de persuasão do destinatário projetado para o discurso, sendo, então, o texto o material manipulado para a enunciação e o uso desses recursos.

Posto isso, a escolha do gênero textual crônica, como objeto a ser analisado nesta pesquisa para chegar aos resultados pretendidos, justifica-se pelo fato de ainda a considerarmos como um gênero de grande circulação social, que está em constante diálogo com toda uma problemática cotidiana nas quais estamos inseridos, buscando por vezes questioná-la, problematizá-la e pondo-nos a refletir sobre os processos dos quais fazemos partes.

Além disso, considerando Arnaldo Jabor um importante crítico e de grande visibilidade pela sua atuação política, televisiva, literária, etc., a escolha do gênero também se dá pela representação social do autor da obra em análise e pela circulação de suas crônicas nas mídias impressas e televisivas.

A crônica, assim como outros textos pertencentes ao grupo de gêneros da imprensa escrita, é classificada como um gênero textual monolocutivo, uma vez que não há interlocutor em presença. Contudo, mesmo fazendo parte de um único grupo textual, a mesma apresenta diferença de caráter discursivo. Assim como o editorial, por

exemplo, tem a autonomia de apresentar uma linguagem subjetiva em relação a um fato, a crônica também o faz. A diferença é que obrigatoriamente o editorial se enquadra em textos de domínio político e social, enquanto a crônica poderá também direcionar o seu olhar engajado para a política, mas além disso, tem a autonomia de trabalhar com temáticas de caráter cultural.

A conclusão a que queremos chegar é que a crônica se trata de um gênero textual caracterizado por uma suposta liberdade de escrita que expressa certa subjetividade em relação a um tema. Essa subjetividade aparece no texto através dos recursos de linguagem que possuem força argumentativa e persuasiva. Sérgio Roberto Costa, em seu livro *Dicionário de Gêneros Textuais* (2009), faz algumas caracterizações a respeito deste gênero, indo ao encontro do que nos propusemos a falar nas linhas acima. Ele diz que:

A crônica é o único gênero literário produzido essencialmente para ser vinculado na imprensa, seja nas páginas de uma revista, seja nas de um jornal. Quer dizer, ela é feita com uma finalidade utilitária e predeterminada: agradar aos leitores dentro de um espaço sempre igual e com a mesma localização, criando assim, no transcurso dos dias ou das semanas, uma familiaridade entre o escrito e aqueles que o leem.

(...) a crônica jornalística consolida o simulacro de relato informal de um “causo”. (p.79)

Neste sentido, é válido dizer que a crônica moderna aprecia ironicamente os acontecimentos, isso sem abrir mão de sua perspectiva sócio-comunicacional, sendo concomitante a ela. É o que buscamos identificar com a análise das crônicas de Jabor: a prevalência do uso da ironia como estratégia argumentativa, com um tom sarcástico e ao mesmo tempo cômico

Relacionando o que fora abordado acima com a proposta de pesquisa deste trabalho, que é a investigação de um possível *ethos* de direita nas crônicas políticas de Jabor, Charaudeau estabelece a relação entre o editorialista e o cronista que atua sob uma suposta liberdade de expressão de um ponto de vista partidário, ou seja, esses gêneros, mesmo com suas particularidades, servem de ferramenta argumentativa para a defesa de um ponto vista a favor ou contra um partido (lembrando que não nos referimos a partido político).

O editorialista e o cronista político têm a liberdade de expressar um ponto de vista partidário, mas o primeiro é instado a fazê-lo de maneira argumentada, ainda mais porque seu ponto de vista implica o engajamento de toda a redação do jornal. O segundo [...], pode diferentemente do editorialista, dar livre curso a seus próprios

sentimentos, sua própria emoção, seus próprios julgamentos, sem que isso constitua uma falta, pois nesse modo de enunciação a regra é a subjetividade. (CHARAUDEAU, p.235, 2015)

Isso quer dizer que, possivelmente, a voz enunciativa de Arnaldo Jabor atua sob um ponto de vista político que defende ou critica a gestão de um determinado partido? Seria uma visão limitada ao sujeito enunciador ou ele, enquanto pessoa social, atua a favor de uma visão geral, sendo inclusive manipulado por ela? De fato, o que podemos confirmar por hora é que a crônica é a ferramenta metadiscursiva que permite a promoção desses possíveis discursos que serão analisados ao longo da pesquisa.

A análise semiolinguística do discurso: breve apresentação

Esta seção tem como ideia central fazer uma breve apresentação sobre a Análise Semiolinguística do Discurso, através dos conceitos postulados pelo professor Patrick Charaudeau. Tendo em vista que este se trata de um trabalho embrionário, o que será apresentado sinteticamente sobre a teoria não visa ao descrédito e tão pouco à redução e tratamento simplista aos conceitos desenvolvidos por ele. Consideremos, pois, o que será exposto, como um esboço das ideias fundamentais.

Para Charaudeau, o processo de significação do texto se dá através da interação entre os sujeitos da linguagem – falaremos mais a frente sobre eles – de modo que o destinatário previsto para o texto faça supostamente interpretações ao ler nas entrelinhas, complementando ou questionando as ideias postuladas pelo enunciador. Posto isso, Charaudeau desconsidera o processo de interpretação do texto através de um sistema binário, onde a relação entre os sujeitos se dá apenas através de um mero emissor que codifica a mensagem e um receptor que a decodifica.

De fato, o texto materializa-se pela mensagem em si, todavia o processo de interpretação não se dá através de uma troca mecânica de informações, ao contrário disso, há todo um processo de construção que envolve não apenas um emissor e receptor unilateralmente, mas sim, sujeitos languageiros que atuam dentro de uma situação comunicativa, de um dado contexto que determina o sentido do texto.

Os sujeitos languageiros ou sujeito de linguagem são os atores e/ou personagens do discurso envolvidos na “mise-en-scène” (encenação discursiva), não

sendo necessariamente sujeitos reais, mas sim, podem ser personagens projetados para representar o “eu” que fala e o “tu” com quem se fala e concebe o texto.

Tratando-se de uma encenação discursiva, são previstos para a grande cena outros sujeitos da comunicação propostos por Charaudeau. Ele prevê a existência de dois “eus” e dois “tus”. Como já fora dito acima, os sujeitos que compõem a “mise-en-scène” podem ser reais ou representantes, ou seja, vozes projetadas que não têm relação primária com uma pessoa física. Dessa forma, temos: o Eu-comunicante, o Eu-enunciador, o Tu-destinatário e o Tu-interpretante.

Mantendo esta linha de pensamento, é válido ainda ressaltar que a situação de comunicação prevê a existência de uma *identidade social* e também de uma *identidade linguageirana* as quais se encaixam respectivamente os sujeitos ditos acima. Todavia, esta se diferencia daquela a partir do momento em que se possa separar a imagem de quem fala (sujeito real, social, com suas marcas psicológicas) da imagem projetada por este próprio sujeito (a criação de um ethos). Eis, então, a problematização que está em jogo no ato de comunicação.

Posto isso, vale ressaltar que o Eu-comunicante vai ao encontro de um Eu-interpretante para o ato de comunicação, sendo estes sujeitos reais, com uma identidade social e psicológica. Já o Eu-enunciador e o Tu-destinatário são entidades do discurso, porém, projetadas pelo Eu-comunicante. O Tu-destinatário é a imagem criada do Tu-interpretante pelo Eu-comunicante, ou seja, são possibilidades de quem seja o interpretante do texto. Quando o Eu-comunicante quer passar a imagem de si mesmo, temos então a criação de um Eu-enunciador, o que vai propor dentro do contrato de comunicação a compra ou não pelo Tu-interpretante desta imagem, concretizando assim uma comunicação satisfatória ou com ranhuras.

Neste contexto, Charaudeau prevê a existência de dois circuitos nos quais estão inseridos os sujeitos da comunicação: *externo* e *interno*. No primeiro estão inseridos os sujeitos do mundo real (físicos), já no segundo os do discurso, projetados pelos atos de fala. Dessa forma, pode-se inferir que a partir do momento em que o Eu-comunicante criar uma imagem de si através do Eu-enunciador, não se terá a garantia de controle e atuação dele sobre o Tu-interpretante, da mesma forma que este pode se recusar a aceitar a imagem de um Tu-destinatário idealizado para ele.

Em suma, nós teríamos na composição do *circuito externo* um Eu-comunicante e um Tu-interpretante e no *circuito interno*, um Eu-enunciador e um Tu-destinatário.

Apesar de ambos terem identidades diferentes e serem distintos por conta disso, na encenação discursiva não há barreiras que impeçam o diálogo entre eles, pois ao mesmo tempo em que temos “os parceiros do ato de linguagem” (p.76), temos também os “protagonistas da enunciação” (p.76), a definição de cada sujeito para o discurso dependerá do jogo de interesse previsto que comporá o ato de comunicação.

Para reforçar o que fora supracitado, Charaudeau diz que “[...] as estratégias de poder exercidas em sociedade são o resultado de *um jogo de ser e parecer* entre o estatuto social dos sujeitos comunicativos (EUc/TUi) e o estatuto linguageiro dos sujeitos que a manifestação linguageira constrói (EUe/TUd).” (CHARAUDEAU, 2008, p.62)

Inserindo neste contexto teórico o objeto desta pesquisa, podemos levantar alguns questionamentos iniciais acerca dos sujeitos da comunicação presentes nas crônicas que serão analisadas: É possível que haja o cruzamento entre o sujeito de identidade social e o do discurso? Ou, como identificar se o Eu-comunicante projeta uma imagem de si mesmo através de um suposto Eu-destinatário? E ainda, qual o possível perfil de um Tu-destinatário criado para o Tu-interpretante que conceberá o texto?

Através das pistas deixadas no texto pela voz enunciativa, procuraremos responder a estes questionamentos, de maneira mais superficial aqui – por se tratar de um trabalho inicial – e mais aprofundada no decorrer do trabalho ainda em andamento.

Todo este arranjo que compõe o ato de comunicação está previsto no *contrato de comunicação* que estabelece restrições e liberdades na nossa atividade linguística. Todo discurso é produzido em torno de um objetivo, logo, sua produção deverá obedecer a uma série de requisitos que visam justamente ao alcance do resultado desejado.

É dessa maneira que os atos de linguagem atuam dentro de um quadro de restrições e liberdades, visto que o texto deverá sempre seguir direcionamentos sejam eles de níveis sintáticos, lexicais, ortográficos, etc., de modo que estes respondam aos questionamentos que antecedem a própria enunciação do texto, como: o que falar? Para quem? Como? Com qual propósito?

Charaudeau denomina o *contrato de comunicação* como:

O ritual sociolinguageiro do qual depende o Implícito codificado e o definimos dizendo que é constituído pelo conjunto das restrições que codificam as práticas sociolinguageiras, lembrando que

tais restrições resultam das condições de produção e interpretação (*Circunstâncias de Discurso*) do ato de linguagem. O *Contrato de comunicação* fornece um estatuto sociolinguageiro aos diferentes sujeitos da linguagem. (CHARAUDEAU, 2008, p.60)

Dessa forma e seguindo esta lógica, o contrato de comunicação estabelecerá uma *margem de manobra* entre os interlocutores do discurso que vai prever aberturas, fechamentos e rompimentos entre eles durante o ato de comunicação. O texto tende a um objetivo a ser cumprido; para isso, cria-se um projeto de comunicação (objetivo visador) e lança-se mão de estratégias discursivas (acordos) que auxiliarão no cumprimento de sua (s) finalidade (s).

Ethos discurso: a construção da imagem de si

A pesquisa em desenvolvimento centraliza-se na investigação da construção de um possível *ethos*, da voz enunciativa, nas crônicas que serão analisadas. Por conta disso, é necessário, mesmo que de maneira sucinta, por ser este um trabalho embrionário, apresentar neste artigo algumas ideias acerca do *ethos*, que é um conceito importante para compreender e interpretar os fenômenos discursivos.

Desde a antiguidade clássica com Aristóteles, concebe-se que é através do discurso que se confere a imagem de credibilidade ou não ao orador, ou seja, o *ethos*se constrói pelo discurso e não pela representação do orador em si mesmo. Os estudos acerca do Ethos retórico têm como propósito fazer uma interpretação da teoria postulada por Aristóteles, uma vez que segundo Maingueneau (2015), outros setores das ciências humanas recorrem também aos estudos do *ethos*, não sendo mais este restrito a uma área específica. Além disso, ele também afirma que não vivemos no mesmo mundo da retórica antiga e, hoje, o uso da língua está condicionado a fatores que se diferenciam dos daquela época, interessando-se a sua investigação por diferentes disciplinas teóricas e não apenas, como era antes, pela velha retórica.

Como já fora dito anteriormente, a construção de um *ethos*se dá a partir das aparências que são marcadas na enunciação, ou seja, o *ethos* discursivo está ligado ao processo de enunciação e não a um saber prévio sobre o interlocutor, é a constituição de uma imagem positiva de si mesmo, ainda que esta seja construída através de falsas aparências, sem o menor comprometimento com a verdade ou sentimentos do locutor.

Nas palavras de Maingueneau “o ethos se mostra no ato de enunciação, ele não é dito no enunciado” (p.13). Ele deve ser percebido, mas não ser o objeto do discurso.

Isso quer dizer que o orador deverá se preocupar com a sua performance, seja ela através das palavras, sentimentos, caras e bocas, etc., durante a enunciação. Seu objetivo primário é causar uma boa impressão no auditório; o que está em cena não é de fato o que ele pensa ou sente, mas o que diz sentir e pensar. Se ele conseguir tocar o auditório através de sua atuação na *mise-en-scène*, terá isso como ponto positivo para atingir a sua finalidade de se mostrar como quer que seja visto.

Dessa forma, tudo o que é dado no ato da enunciação contribui para a formação de uma imagem psicológica e sociológica do orador. Ele deverá sempre olhar para o seu auditório, de modo que construa uma imagem de semelhança a ele, como se fizesse parte do mesmo grupo. A persuasão, ou pelo menos a tentativa dela, se dá pela aproximação das imagens.

Aristóteles divide os meios discursivos que tentam influenciar o auditório em três categorias que formam o triângulo retórico. O *logospertence* ao domínio da razão, no qual os argumentos apresentados solidamente podem ser capazes de persuadir, o *pathospertence* ao domínio das paixões, por meio dele tenta-se convencer o auditório através da emoção, o orador deverá tocá-lo e o *ethos*, que se liga à conduta do orador que deverá parecer digno de fé.

Essas categorias foram abandonadas durante muito tempo e alguns pesquisadores da Análise do Discurso retomaram esta noção a fim de ampliá-la e responder aos seguintes questionamentos: “[i] enquanto construção da imagem de si, o *ethos* liga-se à pessoa real que fala (o locutor) ou à pessoa como ser que fala (o enunciatário)? (ii) A questão da imagem de si concerne apenas ao indivíduo ou pode dizer respeito a um grupo de indivíduos?” (CHARAUDEAU, 2015, p.114)

Outras questões que são válidas levantar aqui são a noção do *ethos* construído ou pré-construído, a sua relação com o imaginário social e a construção de um *ethos* coletivo. Para os retóricos da Idade Clássica, a construção da imagem não se dá pelo que parece ser, mas sim, pelo o que realmente é. Ou seja, não basta parecer ser sincero e amável, por exemplo, de fato deve-se ser o que parece ser. Contudo, diferentemente, os estudos de Aristóteles trabalham no nível do parecer e não do ser. O orador deve se apresentar para o auditório como se espera que ele seja, atendendo às expectativas dele,

pouco importa se o que é mostrado tem a ver com o que realmente o orador é, o que está em jogo é a necessidade de causar uma boa impressão.

Já os estudos da análise do discurso investem na ideia de que o *ethos* se constrói no ato da enunciação. Isso quer dizer que o que está em jogo é a aparência construída no ato da linguagem, nada tendo a ver com a atividade oratória do sujeito falante, nem com o sujeito real, mas sim, com a sua atuação languageira, no exercício da palavra que configura o seu discurso, podendo ser o seu desempenho refutável ou não pelo seu interlocutor.

Os analistas do discurso também defendem a ideia de que a identidade do sujeito passa por representações sociais, isto é, o sujeito falante é condicionado a construir uma imagem de si a partir das representações que atuam dentro de um imaginário social. Isso quer dizer que os imaginários sócios discursivos podem dizer respeito tanto a indivíduos quanto a grupos. Quando os indivíduos de um grupo partilham entre si ideias em comum, dá-se a impressão de homogeneidade entre eles, eis então a construção de um *ethos* coletivo, que corresponde a uma visão global.

Posto isso, a AD questiona se o sujeito languageiro é somente um ser feito de discurso, se é somente social (seja ele individual ou coletivo) ou ambos? E, além disso, aproximando a teoria ao objeto sobre o qual se debruça esta pesquisa, podemos levantar alguns questionamentos iniciais como: A identidade social e discursiva de Jabor, como se constroem cada uma? Será que Arnaldo Jabor, por ter uma imagem social (política, artística, jornalística, etc.) busca construir uma imagem individual de si ou, por estar vinculado, por exemplo, a uma grande organização social, visa à construção de um *ethos* coletivo? Para qual grupo ele produz suas crônicas? Ele parte de opiniões comuns?

Estes são alguns dos questionamentos que procuraremos responder ao longo da pesquisa em desenvolvimento, uma vez que nos aprofundaremos nos estudos acerca do *ethos* discursivo, apresentando outros conceitos que auxiliarão na investigação da construção do *ethos* da voz enunciativa nas crônicas políticas de Arnaldo Jabor, conceitos como o *ethos* de credibilidade, de sério, de virtude, de competência, entre outros serão analisados e aplicados na investigação do objeto em questão.

Da teoria à prática: uma análise semiolinguística do discurso da crônica de Arnaldo Jabor

Antes de entrarmos diretamente na análise da crônica selecionada para exame neste trabalho, é válido fazermos a distinção entre a voz enunciativa da voz do autor do texto. Este trata-se de uma pessoa física, de personalidade pública, crítica e politicamente engajada. Em contrapartida, a voz enunciativa do texto não tem a obrigatoriedade de ter algo a ver com autor, mesmo que no texto sejam identificadas marcas de subjetividade que suscitam serem dele.

O que queremos dizer é que, ao analisarmos a crônica em tela, procuraremos identificar, principalmente pelo uso do não dito constituído sobretudo pela ironia, como se constrói o *ethos* da voz enunciativa do texto e não especificamente a de Arnaldo Jabor, ainda que, implicitamente, saibamos que há por trás dela marcas ideológicas do próprio cronista devido a sua posição social.

Quanto a isso, Fiorin nos diz que:

Portanto, a análise do *ethos* do enunciador nada tem de psicologismo que, muitas vezes, pretende infiltrar-se nos estudos discursivos. Trata-se de apreender um sujeito construído pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emanaria o enunciado, de um psiquismo responsável pelo discurso. O *ethos* é uma imagem do autor, não é o autor real; é um autor discursivo, um autor implícito. (FIORIN, 2015, P.70)

Posto isso, a análise dos recursos argumentativos utilizados na crônica nos levarão a confirmação ou não da hipótese de qual *ethos* se constitui na construção discursiva do texto de Jabor.

Como a pesquisa centra-se primeiramente na investigação do uso das ironias, a crônica em análise traz como elemento paratextual o próprio título “Viva a crise!”, suscitando a ideia de comemoração do sujeito da enunciação em relação ao cenário político brasileiro da época em que ela foi escrita.

Beth Brait nos diz em seu livro *Ironia em perspectiva polifônica* (2008) que a ironia possui efeito antífrase. Ou seja, ao usá-la, pretende-se construir uma ideia contrária do que realmente se deseja ser dito. Além disso, a ironia pode funcionar como um recurso cômico nesse oposto de sentido, funcionando quase como um deboche.

É justamente esse efeito de sentido que busca construir a voz enunciativa. No nível do contexto-histórico, o Brasil, na época de publicação da crônica (2006), estava passando por uma crise financeira em quase todos os setores, sob o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Só nos damos conta de que se trata de uma ironia

referente a esse contexto, quando nos parágrafos iniciais são apresentados os “benefícios” da crise em relação ao país e ao povo. Mas, partindo do senso comum e do significado da própria palavra, não há benefícios quando se está em crise.

Outro ponto importante de se destacar é uso da estratégia argumentativa de repetição “A crise é...”, presente em quase todos os parágrafos do texto. Podemos inferir que a voz enunciativa se vale desse recurso a fim de enfatizar os benefícios e malefícios da crise econômica no país. Malefícios porque ela se reflete em vários setores do país, prejudicando a sociedade como um todo, e benefícios, pois faz com que a população fique mais alerta e amadureça a ideia de lutar a favor de seus direitos e contra a corrupção.

Para Brait, a ironia tende a apresentar um traço humorístico, independente do gênero textual, podendo aparecer tanto numa anedota quanto num texto jornalístico sério. É o que podemos ler na sequência argumentativa, em que prevalece o uso da ironia:

Exemplo 01

A crise é boa para conhecer tipos humanos. Temos de tudo — uma galeria de personas, de máscaras, de bonecos de engonço, de mamulengos, temos um "reality show" sobre o Brasil, temos o desfile de caras, de bocas, de mãos trêmulas, de risos e choros constrangidos, temosas vaidades na fogueira, os apelos à razão, temos os clamores de honradez, os falsos testemunhos, os tratamentos arcaicos, antigas gramáticas, temos as vossas excelências, as senhorias, vemos os alicerces do país aparecendo, a lama debaixo das dignidades, temos os intestinos, os pés de barro, os nós na tripa, temos os apêndices supurados, temos os miasmas que nos envenenam aparecendo sob a barra da saia de juizes e desembargadores, as sujeiras escorrendo sob as frestas da lei. E tudo vai diplomando o povo em ciência política.

Exemplo 02

A crise é também aula de teatro. A crise nos revelou a revolução dramática de Roberto Jefferson. Trata-se de um "Gargantua", um ex-Pantagrue, um raro tipo rabelaisiano que se virou ao avesso e transformou merda em ouro, mentira em verdade.

No exemplo 01, os termos em destaque figurativizam as pessoas envolvidas no cenário que é montado pelo sujeito discursivo a respeito da crise econômica no país. O que significa serem essas pessoas representadas indiretamente através da seleção de palavras, que, relacionadas ao contexto, provocam certo tom de piada, mas sem perder o sentido real que se pretende criar.

Diferentemente do exemplo 01, no qual não são citados os nomes dos envolvidos no escândalo, no 02, explicitamente, aparece o nome do ex-deputado do partido político PTB, Roberto Jefferson, condenado pelo Supremo Tribunal Federal, por conta do seu envolvimento no escândalo do mensalão. Ironicamente, o sujeito discursivo suscita a ideia de que Jefferson seja um ator revelação, uma vez que o mesmo tenha montado todo um cenário teatral para se livrar das acusações feitas a ele. Além disso, a título de reforço desta ideia, o mesmo é comparado a dois grandes heróis da obra de François Rabelais, escrita numa veia humorosa, extravagante e satírica do século XVI.

Mais à frente a voz enunciativa faz uma crítica *direta* ao governo do PT, que estava em vigência no contexto-histórico em que a crônica foi escrita. Vejamos:

Exemplo 03

A crise acaba com a mitificação do PT como o partido dos "puros". Acaba essa bobagem alegórica e messiânica em que muito intelectual acreditou. A crise humaniza os petistas, pois os há honestos, românticos, corretos e os há também ladrões, mediocres, famintos e boçais. A crise vai reformar a ideia de "esquerda" no país. Vai criar uma esquerda mais verdadeira, mais útil, mais possível. A crise acabará com os fins justificando os meios, a crise acaba com o "futuro" e nos trará o doce, o essencial presente, a crise nos dá uma porrada na cara para deixarmos de ser bestas.

No trecho extraído, as palavras destacadas soam como uma espécie de deboche ao Partido dos Trabalhadores. Poderíamos esgotar todas as que estão marcadas no trecho, mas apenas algumas já são suficientes para demarcar implicitamente uma posição ideológica do sujeito discursivo acerca deste governo. Palavras como *mitificação*, *puros*, *bobagem* e *alegórica* levam-nos a ideia de descrédito ao governo petista, de maneira que este se configura como principal responsável pelo quadro econômico do país na época. O não-dito sobre *mitificação* é o dito sobre um governo

fantasioso e lendário; o não-dito sobre *puros* é o dito sobre um partido considerado impuro; e o não-dito sobre o que é classificado como *bobagem e alegoria* é o dito sobre a representação figurada, ilustrativa de um governo.

E, permanecendo na mesma perspectiva de criticar o governo em vigência, vale-se também do uso de antíteses, fazendo assim o trocadilho entre as palavras *sonho* e *pesadelo*, “*A crise mostra que a velha esquerda não tem programa; tem um sonho. Que vira pesadelo.* ”, reafirmando então o que fora dito no exemplo anterior, de que se trata de um governo com planos fantasiosos que não sustentam a realidade do país.

A voz enunciativa de Arnaldo Jabor vale-se de recursos argumentativos que não se esgotam apenas no uso de ironias para dizer o que não foi dito explicitamente no texto em sua totalidade de sentido. Dessa forma, o sujeito discursivo contará com as experiências do leitor para acompanhar um ponto de vista que suscita vários significados, podendo ser de uma denúncia até uma argumentação indireta. Nas palavras de Brait “[...] flagrar a ironia como categoria estruturadora do texto, cuja forma de construção denuncia um ponto de vista, uma argumentação indireta, que conta com a perspicácia do destinatário para concretizar-se como significação.” (p.17)

As palavras de Brait vão ao encontro da teoria postulada por Charaudeau referente aos sujeitos da comunicação. O uso das ironias é projetado pelo sujeito do discurso, um “Eu-enunciador” que aposta na capacidade do “Tu-destinatário” de compreensão dos implícitos que agem por trás das ironias. Deve-se que não estamos falando de sujeitos reais, mas sim, dos sujeitos discursivos, ou seja, projetados para compor a *mise-en-scène*.

Todavia, o fato de ser projetado, no contrato de comunicação, um “Tu-destinatário” específico para a interação discursiva, não há garantia de sucesso na comunicação entre os sujeitos do discurso, pois, ao considerarmos que o “Eu-enunciador” conta com as habilidades linguísticas e o conhecimento de mundo do “Tu-destinatário” para a concretização do discurso, deve-se levar em conta que este poderá não estar habilitado para a apreensão e interação discursiva, ocasionando então ranhuras entre os sujeitos do discurso e falhas na comunicação.

Poderíamos esgotar a crônica em sua totalidade nas análises propostas neste trabalho inicial, porém, acreditamos que o recorte que fora feito tenha sido suficiente para apresentar uma prévia do que será trabalhado, em maior extensão, na dissertação que está sendo desenvolvida. Dessa forma, nos encaminharemos para as considerações

finais e nelas apresentaremos a que conclusão chegamos a respeito da análise preliminar da crônica relacionada quanto ao *ethos* do enunciador.

Considerações finais

Este trabalho teve como proposta principal apresentar os caminhos que serão percorridos na dissertação em desenvolvimento, bem como definir o quadro teórico-metodológico que sustentará os argumentos que serão apresentados nas análises e a conclusão a que chegaremos ao término da pesquisa.

A proposta de escolher a crônica para análise é de reforçar o que fora dito na fundamentação teórica a respeito deste gênero textual. Além da investigação acerca da construção do *ethos* de Jabor, nos propusemos a colocar em evidência um tema abordado no ano de 2006, mas que passados exatos dez anos, ainda permanece em evidência, indo ao encontro do atual cenário político e econômico em que se encontra o Brasil. Sendo assim, a proposta foi também de exemplificar a teoria de que a crônica é um gênero textual eficaz e de caráter sócio-comunicativo, por estar sempre em diálogo com questões da atualidade.

A análise das estratégias argumentativas, de recursos de linguagem alinhados ao fenômeno das ironias, fizeram-nos chegar a algumas considerações importantes acerca do *ethos* construído no discurso pela voz enunciativa. Primeiramente, o discurso como um todo não apresenta preferência por nenhum partido político. O fato do enunciador fazer uma crítica direta ao Partido dos Trabalhadores (PT), apresentando os problemas sociais pelos quais o país atravessava, não denota exclusivamente a ideia de que ele faça parte de um programa de direita.

O que podemos observar é que o enunciador, ironicamente – sua principal marca discursiva –, lista uma série de problemas e sem se preocupar com a verdade aponta diretamente os possíveis culpados. Por conta disso, seus argumentos tornam-se possíveis de serem contestados, apresentando ora um discurso falacioso, ora uma generalização dos fatos.

Para esta análise, é válido separarmos o autor do enunciador, pois, ainda que tenhamos o conhecimento externo de que Arnaldo Jabor é uma figura social, tendo sua imagem vinculada a uma grande organização midiática e que até, possivelmente, compre o discurso político dela, não é suficiente para que cheguemos a uma conclusão

acerca do *ethos* enunciativo. O que comprovará que se trata de um *ethos* de direita são as marcas deixadas no discurso que suscitam esta ideia e não as características do autor, ao menos que ele se apresente como o próprio enunciador do texto.

Dessa forma, o que queremos dizer é que o fato de o enunciador apresentar a crise pela qual o país estava passando na época e acusar diretamente o governo petista como o principal culpado, não chancela a ideia de que os argumentos articulados defendam o ponto de vista de um partido de direita, apenas sugere que possa ser. Por hora, chegamos à conclusão de que a voz enunciativa constrói um *ethos* engajado com as questões políticas e sociais do país, demonstrando o enunciador ter domínio sobre o assunto e se preocupando com as classes menos favorecidas por serem as primeiras atingidas.

Então, o que propusemos aqui foi fazer uma breve apresentação do trabalho que está em andamento, bem como sua fundamentação teórica e a metodologia de análise da crônica. Para que cheguemos ao nosso principal objetivo, estaremos em contato com outros textos e nos valeremos de outras ferramentas de análise do discurso para chegarmos à conclusão definitiva de que o *ethos* construído nas crônicas é de partido de direita.

REFERÊNCIAS

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *Discurso das mídias*. Tradução Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto 2015.

JABOR, Arnaldo. *Pornopolítica: paixões e taras na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *A propósito do ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 11-30.

Anexo

Texto

VIVA A CRISE

ARNALDO JABOR

A crise é boa. Nada melhor que uma crise para nos dar a sensação de que a vida muda, que a história anda, que a barra pesa. A crise nos tira o sono e nos faz alertas. A crise nos faz importantes, pois, subitamente, todos se preocupam conosco - nós, a opinião pública, nós o "povo", nós, os babacas que todos preferiam na sombra, na modorra e que, de repente, podem sair batendo panelas nas ruas. A crise nos inclui na política. Aliás, crise no Brasil é quando a política fica visível para a população.

A crise é boa porque acabaram as crises cegas, radiofônicas, anos 50. Hoje, as crises são online, na internet, nos celulares, com todas as sacanagens ao vivo, imediatas. A crise é uma aula, quase um videogame. A crise é um thriller em nossas vidas. A crise nos permite ver a verdade. Mas, como - se todos mentem o tempo todo? A crise nos ensina a ver a verdade de cabeça para baixo. Ensina que a verdade é o contrário de tudo que dizem os depoentes, testemunhas e réus. A verdade é tudo o que os políticos negam.

A crise é boa para conhecer tipos humanos. Temos de tudo - uma galeria de personas, de máscaras, de bonecos de engonço, de mamulengos, temos um reality show sobre o Brasil, temos o desfile de caras, de bocas, de mãos trêmulas, de risos e choros

constrangidos, temos as vaidades na fogueira, os apelos à razão, temos os clamores de honradez, os falsos testemunhos, os tratamentos arcaicos, antigas gramáticas, temos as vossas excelências, as senhorias, vemos os alicerces do País aparecendo, a lama debaixo das dignidades, temos os intestinos, os pés de barro, os nós na tripa, temos os apêndices supurados, temos os miasmas que nos envenenam aparecendo sob a barra da saia de juízes e desembargadores, as sujeiras escorrendo sob as frestas da lei. E tudo vai diplomando o povo em ciência política. A crise é boa também para acabar com alegorias proletárias, com a crença de que operário teria um saber metafísico e santificado e mostra que para ser presidente tem, sim, de estudar e ter competência.

A crise é também aula de teatro. A crise nos revelou a revolução dramática de Roberto Jefferson. Trata-se de um Gargântua, um ex-Pantagruel, um raro tipo rabelaisiano que se virou ao avesso e transformou merda em ouro, mentira em verdade. Jeff é o anti-herói heróico. Jeff conhece a boca do boi, a baba das coisas, a barra-pesada. A verdade de Jeff tem a legitimação do crime assumido. Jeff suja a limpeza e não denuncia exceções, mas exhibe a Regra. Crise também é cultura. A crise é Brecht, Shakespeare, Nelson Rodrigues. A crise tem até a casa da mãe Joana, Jeanne.

Jeff nos mostrou que o crime político não é um defeito; é uma instituição. Jeff é a prova de tudo que Sérgio Buarque estudou. Se Jeff não existisse, tudo estaria rolando no banho-maria do PT e do Dirceu-2010. Ouso dizer: por vielas mal freqüentadas, Jeff fez um grande bem ao Brasil.

Jeff faz dupla com Dirceu, seu alter ego, seu espelho. Não haveria um sem o outro. Dirceu desprezou Jeff e este o destruiu.

A crise ensina que a salvação do País é destruir os esquemas que Jeff denunciou e que a destruição do País seria seguir o que Dirceu queria. A crise nos espanta: como um sujeito só como Dirceu consegue acabar com 25 anos de um partido, com um Governo e consigo mesmo. A crise nos ensina o horror do narcisismo totalitário.

A crise ensina que os velhos "revolucionários" têm um comportamento parecido com os políticos oligárquicos. Ambos trabalham na sombra, na dissimulação, no cabresto dos militantes.

A crise acaba com a mitificação do PT como o partido dos "puros". Acaba essa bobagem alegórica e messiânica em que muito intelectual acreditou. A crise humaniza os petistas, pois os há honestos, românticos, corretos e os há também ladrões,

mediócrs, famintos e boçais. A crise vai reformar a idéia de "esquerda" no País. Vai criar uma esquerda mais verdadeira, mais útil, mais possível. A crise acabará com os fins justificando os meios, a crise acaba com o "futuro" e nos trará o doce, o essencial presente, a crise nos dá uma porrada na cara para deixarmos de ser bestas.

A crise é boa porque acaba com as ilusões do povo. A crise é boa para gerar crise nas pessoas, crise existencial.

A crise é boa porque desmoraliza a ópera-bufo em que vivemos e traz a verdade da tragédia real. A crise acaba com a esperança e estimula a vigilância crítica.

A crise ensina que ninguém é "revolucionário" ou "herói" ou "comandante supremo" ou "companheiro"; as pessoas são narcisistas, compulsivas, agressivas, dependentes, invejosas, fracassadas, com problemas sexuais. A crise ensina mais Freud do que Marx. A crise mostra que a velha esquerda não tem programa; tem um sonho. Que vira pesadelo.

A crise ensina que muito mais importante que estudar a miséria do País é estudar a "riqueza" do País. A crise mostra que não adianta mostrar os horrores da miséria e dos despossuídos. São consequências da verdadeira miséria que nasce nos intestinos das classes altas. A miséria é a riqueza, a miséria é a própria política. A crise ensina que revolução no País tem de ser administrativa e não "de ruptura". A crise ensina que nossa política é tão medíocre que nos últimos meses bastou a economia; política não fez falta. A crise mostra que o Brasil progride enquanto dorme.